

Perfil de saúde dos encarcerados nas penitenciárias do Brasil

Maria Júlia Travassos¹; Arthur de Oliveira Bitencourt Alvarenga¹; Brenda Linhares Martins¹; Daniel el Jaliss Schuh¹; Guilherme Di Clemente e Silva¹; Leticia de Matos Campos¹; Maria Sonia Pereira²

1. Discente do curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA.
2. Docente do curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA.

RESUMO: A falta de investimento e a insalubridade dos presídios brasileiros, os tornam locais de fácil propagação e disseminação de doenças entre os detentos e a população que entra em contato com esse grupo, o que acaba violando os pilares do SUS. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo identificar as causas de adoecimento, a fim de promover medidas de prevenção para as pessoas privadas de liberdade. Para isso, conduziu-se uma revisão integrativa com estudos obtidos com a base de dados do Portal Regional da BVS, delimitados entre 2016 e 2021. Ao final da busca foram incluídos 25 artigos nesse estudo. Tanto o grupo amostral do estudo quanto as idades desse grupo variaram bastante, porém, nota-se que a maior parte desse grupo é composto por homens jovens, negros, de baixa escolaridade e alta vulnerabilidade socioeconômica. Notou-se que um dos maiores agravantes para a piora do quadro de baixa qualidade da saúde dos detentos é a superlotação, o que favorece a disseminação de doenças infectocontagiosas, tais como doenças de pele e doenças sexualmente transmissíveis. A estrutura física dos presídios e a relação de tensão entre funcionários e presos também se mostrou um fator determinante no cumprimento desse direito para essa população. Conclui-se que, apesar desses grupos serem heterogêneos no país e mesmo o Brasil apresentando dimensões continentais e realidades diferentes, há um ponto em comum entre os detentos: todas as etapas para o estabelecimento de uma saúde de qualidade dentro dos presídios são mais dificultadas por esses indivíduos se enquadrarem na situação de isolamento social ou por pouca atenção. Nesse cenário, a detecção, o diagnóstico, o acompanhamento e o tratamento, são prejudicados. Com isso, observa-se que são necessárias pesquisas que possam vir a orientar políticas e estratégias de saúde para tornar possível maiores investimentos e maior vontade tanto política quanto social de fazer com que esses cidadãos recebam seus direitos de maneira integral e de qualidade.

Palavras-chave: Saúde. Promoção. Detentos. Epidemiologia. Brasil.

INTRODUÇÃO

O sistema carcerário brasileiro aprofunda as vulnerabilidades das questões de saúde entre os privados de liberdade, ferindo os princípios do Sistema Único de Saúde e os direitos desses cidadãos. Dessa forma, a insalubridade das prisões, a pouca infraestrutura e vontade política, o baixo conhecimento e o comportamento de risco dos detentos, corroboram com o agravamento da situação de saúde da população encarcerada. (CORDEIRO, E. L., et al., 2018; NASCIMENTO; HERNÁNDEZ; GARAY YOUNG, 2018).

Ademais, as pessoas privadas de liberdade apresentam taxas de doenças infectocontagiosas, como HIV e tuberculose, muito maiores que os indivíduos livres. Além disso, os transtornos mentais e as chances de desenvolver doenças crônicas, também apresentam maior prevalência na população carcerária. (SOARES A. A. M., et al., 2020; BAGNI, U., et al., 2016).

Nesse cenário, as prisões são focos de disseminação de doenças entre os encarcerados e a população que tem contato com esses indivíduos, como os cônjuges e os trabalhadores penitenciários. Um exemplo disso é que os funcionários das penitenciárias, que têm contato com detentos, possuem 2,12 vezes mais chances de apresentarem infecção latente da tuberculose, em comparação aos funcionários que não têm esse contato. (MARTINS D. C. et al., 2018; NOGUEIRA P. A. et al., 2018).

Além disso, os detentos apresentam dificuldade em receber atendimento da equipe de saúde, prejudicando o acesso às medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças. Tal problemática, somada às demais citadas, contribui de forma negativa para a saúde da população encarcerada. (MEDEIROS M. M., et al., 2021; DOMINGUES, R. M. S. M. et al., 2017).

A partir do exposto, torna-se evidente que compreender a situação de saúde — de maneira integral — nas penitenciárias brasileiras é de extrema relevância, visto que as péssimas condições de saúde nesses espaços infringem direitos fundamentais do indivíduo apenado e impactam negativamente na sociedade. Esses impactos ampliam a disseminação de doenças infectocontagiosas e dificultam a ressocialização de ex-detentos, devido às doenças mentais enfrentadas no cárcere. Nesse sentido, o estudo do cenário de saúde das penitenciárias do Brasil pode contribuir no âmbito político, social e acadêmico, pois elucida um dos principais desafios de saúde. (SOARES A. A. M., et al., 2020; CORDEIRO, E. L., et al., 2018; MARTINS D. C. et al., 2018; NOGUEIRA P. A. et al., 2018; SANTOS; BARROS; ANDREOLI, 2019). Desse modo, essa revisão integrativa busca responder à seguinte pergunta norteadora: Qual é a situação de saúde da pessoa privada de liberdade no Brasil?

Consequentemente, no intuito de solucionar as problemáticas encontradas por meio da pergunta norteadora, foi proposto o seguinte objetivo geral: Identificar as causas de adoecimento, a fim de promover medidas de prevenção para as pessoas privadas de liberdade.

METODOLOGIA

Foram feitas análises e avaliações pelo método de revisão integrativa de literatura, seguindo determinados critérios. À princípio, foi estabelecido o tema e realizado uma busca por artigos publicados em periódicos científicos delimitados pelos seguintes descritores: prisioneiros, saúde, Brasil, epidemiologia e promoção à saúde. Assim, os artigos procurados deveriam responder à seguinte pergunta norteadora: Como está a saúde da pessoa privada de liberdade no Brasil? Isso a fim de identificar as causas de adoecimento nas prisões brasileiras e traçar medidas de prevenção. Foram excluídos 74 artigos do total de 129 encontrados, os quais tiveram período de publicação anterior ao ano de 2016, artigos não originais, artigos pagos e artigos não publicados nas línguas portuguesa e inglesa. A partir disso, foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2016 a 2021, obtidos na base de dados do Portal Regional da BVS, totalizando 55 artigos, lidos na íntegra. Na seleção dessas bibliografias, foram escolhidas aquelas que apresentavam características que melhor respondiam a questão norteadora e, ao mesmo tempo, abrangiam de forma integral as considerações utilizadas nos critérios de seleção, totalizando 25 artigos.

RESULTADOS

Conforme os resultados obtidos nesta revisão de literatura, observa-se uma clara relação entre os dados colhidos, destacando a correlação entre a situação de vulnerabilidade dos detentos e os agravos à saúde, como foi exposto no estudo de Domingues (2017). Assim sendo, os resultados selecionados foram divididos e apresentados em seções, conforme o quadro abaixo.

AUTOR/ANO	AMOSTRA	OBJETIVO	DESFECHO
MEDEIROS, M. M., et al., 2021.	Análise de 151 mulheres encarceradas em um presídio feminino de Maceió, Brasil.	Avaliar as condições de saúde das detentas deste presídio.	Alta prevalência de ISTs e hipertensão arterial. Observou-se, também, grande prevalência de tabagismo, etilismo, uso de drogas ilícitas e padrão de sono alterado entre as detentas. A maioria das mulheres refere ser dificilmente atendida pela equipe de saúde.
SOARES, A. A. M. S. et al., 2020.	Seis trabalhadores da área de saúde, sendo 5 mulheres e 1 homem, com vínculo formal com a instituição.	Compreender o cotidiano vivido pela equipe de Enfermagem no sistema penal.	Um grande empecilho no atendimento do preso é a estrutura física, financeira e social do ambiente prisional.
ALVES, K. K. A. F. Et al., 2020	614 detentos, 576 homens e 38 mulheres de um presídio na Paraíba, Brasil.	Investigar fatores associados aos desfechos de cura e abandono do tratamento da tuberculose na população privada de liberdade.	Doentes de TB, privados de liberdade, não recebem as intervenções preconizadas para o diagnóstico precoce e, no período de tratamento, o vínculo entre e a equipe e doente é superficial.
CRISPIM, J. A. et al., 2020.	Casos de COVID-19 durante o período de 14 de abril a 31 de agosto de 2020, em todas as unidades prisionais do país.	Identificar os aglomerados espaciais para a ocorrência de COVID-19 e analisar a tendência temporal para o caso.	Tendência crescente de casos de COVID-19 no período, opondo-se à tendência decrescente na população livre.
BENEDETTI, M. S. G., et al, 2020.	168 mulheres privadas de liberdade da cadeia pública feminina de Boa Vista.	Avaliar a prevalência do vírus da imunodeficiência humana (HIV), sífilis e hepatite B.	A população privada de liberdade é um grupo de alta vulnerabilidade para ISTs e existe elevada prevalência dessas doenças.
MACEDO, L. R.; MACIEL, E. L. N.; STRUNCHINER, C. J., 2020.	Casos de tuberculose registrados nas unidades prisionais do ES, contabilizando 16234 presos.	Calcular a taxa de casos com tuberculose e apresentar a característica dos casos da população estudada.	Há desconhecimento sobre a TB pela população privada de liberdade e pelos trabalhadores, subvalorização de sintomas, baixa adesão ao tratamento, pouco acesso aos serviços de saúde e poucas ações de prevenção, culminando na

SANTANA, R., et al, 2020.	Estudo com 1327 mulheres encarceradas.	Medir a prevalência de sífilis ao longo da vida e correlatos sociodemográficos e comportamentais da positividade de anticorpos entre as presidiárias do Brasil.	dificuldade de controle da TB Mulheres dentro do sistema prisional brasileiro apresentam alta incidência cumulativa de sífilis ao longo da vida.
SHULTZ, A. L. V.; DIAS, M. T. G.; DOTTA, R. M., 2020.	Dez profissionais da Unidade Básica de Saúde Prisional de um presídio feminino do Rio Grande do Sul.	Analisar como o ambiente prisional afeta a saúde da população privada de liberdade feminina e quais as necessidades básicas em saúde dessas.	O ambiente de encarceramento, de baixas condições sanitárias provoca agravos de saúde mental e a falta de serviços de lazer, esporte e trabalho também contribuem para essa situação.
REZENDE, G. R., et al, 2020.	3771 presos homens de 12 presídios do Mato Grosso do Sul.	Avaliar a incidência, prevalência e fatores associados à infecção por hepatite B.	A população encarcerada tem maior vulnerabilidade em adquirir o vírus da hepatite B do que a população geral.
SILVA, P., et al 2019.	38 profissionais, sendo 17 enfermeiros e 21 técnicos de enfermagem.	Descrever a assistência de enfermagem prestada às pessoas privadas de liberdade no ambiente hospitalar.	Há falta de estrutura hospitalar, com ênfase para a segurança dos profissionais como um fator que interfere na assistência ofertada.
MOURA, R.; ROMERO, G., 2019.	455 adultos encarcerados, no Distrito Federal, testados para HIV.	Descrever uma estratégia de rastreamento do HIV em adultos recentemente encarcerados.	O estudo revela o potencial de detecção do HIV em populações vulneráveis.
SANTOS, M., M.; BARROS, C. R. S.; ANDREOLI, S. B., 2019.	Foram entrevistados 1809 presos, sendo 1192 homens e 617 mulheres.	Estudar fatores clínico e criminais associados à depressão entre homens e mulheres privados de liberdade do estado de São Paulo.	Homens com depressão apresentam alterações comportamentais que refletem em reincidência. Já nas mulheres, a depressão parece estar associada a comprometimento cognitivo e psicológico e riscos para a saúde física.
SOUSA, L. M. P., et al, 2019.	16 mulheres de um presídio na Paraíba.	Compreender os aspectos da alimentação nesse presídio feminino.	A fome é usada como um instrumento de penalidade. Além da escassez, existe baixa qualidade
BATISTA, M. I. H. M., et al 2019.	113 mulheres privadas de liberdade.	Determinar a prevalência de sífilis e fatores de risco no sistema prisional feminino.	alimentar, no quesito sanitário e de diversidade. Alta prevalência de sífilis adquirida na população feminina encarcerada. A falta de conhecimento e infecções não tratadas contribuem para o aumento de sífilis em toda população.
CORDEIRO, E. L., et al, 2018.	2131 internos dos presídios do estado de Piauí.	Analisar as principais patologias que acometem os detentos de um Complexo Prisional de Recife.	Devido ao ambiente insalubre, às baixas condições dos detentos e poucos profissionais de saúde, as infecções virais e abandono dos tratamentos tendo aumentar.
MARTINS, D. C., et al, 2018.	349 mulheres parceiras de apenados de três penitenciárias do Paraná.	Analisar o comportamento sexual e estimar a prevalência de ISTs em mulheres de apenados.	Identificou-se que 41,2% das mulheres de apenados já tiveram algum tipo de infecção sexualmente transmissível.
MARTINS, D.C., et al, 2018.	19 mulheres de um presídio de pequeno porte do Paraná.	Compreender o comportamento sexual e de saúde de mulheres de apenados.	As mulheres de apenados negligenciam medidas de cuidado à sua própria saúde, apresentando comportamento sexual de risco.
NOGUEIRA, P. A. et al, 2018.	1059 funcionários de algumas unidades prisionais em São Paulo.	Estimar a prevalência de tuberculose ativa e de infecção latente da tuberculose entre os funcionários de detentos e investigar os fatores associados.	Os funcionários das penitenciárias que têm contato com os detentos possuem 2,12 vezes mais chances de apresentarem Infecção Latente da Tuberculose (ILTb), comparados com aqueles funcionários que não têm contato.
NASCIMENTO, M. A. F. N.; UZIEL, A. P.; HERNÁNDEZ, J.G; 2018.	61 homens entre 14 a 21 anos, reclusos.	Explorar como as normas sociais e de gênero afetam a gestão da sexualidade e as implicações na saúde dos jovens detidos.	Comportamentos machistas influem muito na vida dos encarcerados, que junto com a pouca infraestrutura e vontade política, acaba por piorar muito a qualidade de vida desses cidadãos.
DOMINGUES, R. M. S. M., et al,	406 mulheres de 33 prisões, 206	Estimar a prevalência de infecção de	A prevalência dessas doenças foi 7

2017.	gestantes, 289 mães e todas maiores de 18 anos.	sífilis, HIV gravidez, transmissão vertical de sífilis e incidência de sífilis congênitas em mulheres encarceradas no Brasil.	vezes maior dentro do cárcere do que fora, e o ambiente favorece a transmissão e o não diagnóstico e tratamento dessas infecções.
XAVIER, L. D. A., et al, 2017.	25 reeducandas entre os 18 e 50 anos da Colônia Penal Feminina de Recife.	Investigar a percepção de mulheres reeducandas quanto à prevenção de câncer de colo de útero e ISTs.	As reeducandas mostram conhecimento sobre o exame preventivo prevenir ISTs e câncer de colo de útero, porém não mostraram outros conhecimentos sobre a prevenção dessas doenças.
SOUSA, K. A. A., et al, 2017.	2131 internos de unidades prisionais do Piauí.	Analisar a prevalência de HIV e os fatores associados em encarcerados.	A prevalência do HIV foi 1% e os fatores associados foram escolher parceiros por atributos físicos e praticar sexo por via vaginal.
COSTA-JUNIOR, A. O., et al, 2016.	517 voluntários encarcerados do presídio de Aparecida de Goiânia sem sintomas de tuberculose ativa.	Triagem para submetê-los à prova tuberculínica.	Centros penitenciários são ambientes propícios para o desenvolvimento e disseminação da tuberculose.
BAGNI, U., et al, 2016.	180 mulheres no ano de 2012 e 80 mulheres no ano de 2015.	Analisar mulheres privadas de liberdade que apresentaram prevalência de alterações no perfil lipídico.	Durante o encarceramento, ocorreram alterações bioquímicas que podem favorecer o desenvolvimento de DCNT.

DISCUSSÃO

Serão discutidas as questões de saúde nos presídios brasileiros, abordando os seguintes aspectos: doenças infectocontagiosas, população associada aos detentos, doenças mentais e determinantes em saúde.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido pela constituição federal, seguindo a noção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, englobando responsabilidade civil e estatal. Consequentemente a essa situação, é imprescindível que as condições de saúde na prisão sejam adequadas e ofertadas pelo governo federal, uma vez que o Brasil possui a quarta maior população prisional do mundo, com 607,7 mil encarcerados (CORREA et al., 2017). Contaminante a isso, esse grupo fica aglomerado em pequenos espaços superlotados, o que acentua as doenças transmissíveis. (MINAYO; RIBEIRO, 2016). Visto que espaços superlotados e mal ventilados favorecem doenças contagiosas, principalmente para aquelas com um alto grau de patogenicidade, como é o caso da doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, pois com alta capacidade de contágio do covid-19, a contaminação nas prisões se eleva comparada à população não privada de liberdade, podendo ser 94% maior. Assim, fica nítido que a superlotação das unidades prisionais brasileiras é um elemento agravador para a população privada de liberdade (PPL) e para os profissionais do sistema prisional, que entraram em contato com a população geral, agravando a pandemia do coronavírus dentro e fora das penitenciárias (CRISPIM, et al, 2021). Além da aglomeração, outros fatores ambientais favorecem o agravamento de doenças infectocontagiosas, tal como pode ser observado na realidade de doentes de tuberculose que estão na condição de privados de liberdade e não recebem intervenções preconizadas para o diagnóstico precoce e tratamento da doença, cenário que é alicerçado muitas vezes pela superficialidade do vínculo entre a equipe de saúde da prisão e o doente (ALVES, et al, 2020).

Isso posto, evidencia-se a relação entre o ambiente prisional e o não tratamento de doenças, como a tuberculose, visto que existem obstáculos para o controle dessa enfermidade, como por exemplo o desconhecimento sobre a tuberculose pela PPL e profissionais carcerários, a subvalorização dos sintomas da doença pela PPL, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a baixa adesão a ações de tratamento e prevenção (MACEDO; MACIEL; STRUCHINER, et al, 2020). Com isso, destaca-se que também é necessário uma atenção à saúde dos funcionários das penitenciárias, visto que eles também estão nesse âmbito e convivem com os presos e a população livre, sendo que os trabalhadores que têm contato com detentos estão mais propícios a desenvolverem a infecção latente da tuberculose (NOGUEIRA, et al, 2018). Com isso, pode-se afirmar que as penitenciárias são ambientes propícios para o desenvolvimento de doenças infectocontagiosas, com características de disseminação análoga à da tuberculose (COSTA-JUNIOR, et al, 2016).

Somado a isso, há alta prevalência das infecções sexualmente transmissíveis no ambiente de enclausuramento, seja resultante do contexto de privação de liberdade ou por características culturais e educacionais dessa população, como a estrutura machista a qual os homens encarcerados estão submetidos (BENEDETTI et al., 2020; NASCIMENTO F. A. M. N., UZIEL A. P., HERNANDÉZ, J. G., 2018). Em consonância com o exposto, mostrou-se que detentas possuem pouco conhecimento sobre a relação das ISTs com o câncer de colo uterino, porém, demonstram compreender a importância do exame preventivo como forma de se proteger contra o câncer de colo de útero (XAVIER L. D. A. et al., 2017). Além disso, é notável que a incidência de ISTs na PPL é maior do que na população livre, dado que está em consonância com a incidência da maioria das doenças encontradas nos presídios, as quais, também, se apresentam de forma mais prevalente na população encarcerada do que na livre (SZWARCOWALD, C. L.; SOUZA JÚNIOR, P. R. B., 2006; SOUSA K. A. A. et al., 2017). De forma similar, o vírus da hepatite B também se enquadra nas ISTs que são mais incidentes na população carcerária e evidencia-se que ela atinge em maior número a população feminina (REZENDE G. R. et al., 2020). Quanto à sífilis, observa-se alta prevalência em mulheres encarceradas, principalmente em mulheres grávidas, causando alta transmissão vertical, por conta de cuidados pré-natais precários. Entretanto, a alta incidência de sífilis parece estar mais associada à vulnerabilidade social do que à condição de encarceramento. (DOMINGUES, et. al., 2017; BATISTA et. al., 2020). Ainda sobre a transmissão de doenças do cárcere para as pessoas livres, observa-se que as companheiras dos encarcerados apresentam comportamentos sexuais de risco, negligenciando sua própria saúde, fato que numericamente representou uma alta prevalência de histórico de doenças sexualmente transmissíveis nessa população de mulheres que estão em um relacionamento com homens apenados (MARTINS D. C. et al., 2018).

Com isso em vista, a alta incidência e prevalência de doenças infectocontagiosas no âmbito penitenciário é um problema para a população associada aos encarcerados e, conseqüentemente, para a população livre que entrará em contato com essa cadeia de transmissão. Um exemplo disso é o estudo

que revelou que os funcionários de penitenciárias em contato com detentos com infecção latente de tuberculose possuem 2,12 vezes mais chances de apresentarem essa doença, comparando-os com aqueles funcionários que não têm contato com esses (NOGUEIRA P. A. et al., 2018).

Acrescenta-se a essa situação agravante à saúde o consenso quanto à alta prevalência de doenças mentais nas pessoas privadas de liberdade, principalmente da depressão. Considera-se que os prisioneiros possuem taxas mais elevadas de transtornos mentais, quando comparados com a comunidade em geral. São encontradas estimativas entre 10 e 15% para a doença mental grave entre os presos em comparação com o constatado na população geral, que é de 2% (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO., 2016). Isso deve-se às condições intrínsecas do confinamento, como o isolamento social, enfraquecimento de vínculos sociais e ócio. Destaca-se o fato de que a prevalência dessas enfermidades psiquiátricas nas pessoas privadas de liberdade é similar aos presídios de outros países, demonstrando que as particularidades das unidades prisionais no Brasil não são fatores determinantes para a ocorrência dessas doenças (SANTOS; ANDREOLI; BARROS., 2019). Além disso, há escassez de serviços sociais, como educação, lazer e trabalho, ações que poderiam servir para a promoção da saúde mental nesses presídios (SCHULTZ; DIAS; DOTTA., 2020).

Nesse viés, nota-se que, em relação às condições de vida no sistema prisional, existem fatores negativos que acometem indiretamente a saúde dos detentos, entre eles ressaltam-se: a superlotação, o ócio, a escassez de perspectivas, maus tratos e os relacionamentos conflituosos. Em acréscimo, um ponto destacado recorrentemente foi a falta de apoio governamental acerca do oferecimento básico de saúde aos privados de liberdade. Assim sendo, os direitos civis dos presos não estão garantidos e o ambiente prisional em que cumprem a pena traz risco a saúde deles e de outras pessoas que têm contato com esse local (MINAYO; RIBEIRO, 2016). À luz desse cenário, a situação deficiente no atendimento à saúde pode ser explicada pela baixa qualidade da estrutura física e financeira dos presídios (SOARES, et al, 2020). Outro fator ambiental que leva ao surgimento de doenças é a carência de vitamina D, devido a uma exposição solar ineficiente ou uma ingestão baixa de nutrientes. Com isso, relaciona-se à essa característica prisional a questão alimentar, pois foi identificado que além da baixa qualidade e escassez de alimentos, a fome é usada como instrumento de penalidade e não há uma sanitariedade básica, panorama que causa complicações para saúde dos presidiários de ordem nutricional e infecciosa (SOUSA, et al., 2019).

Portanto, esse âmbito de enclausuramento com péssimas condições sanitárias e sociais, faz com que essa população seja mais vulnerável aos agravos de saúde (SCHULTZ; DIAS; DOTTA, 2020). Assim, pode ser observado que o ambiente insalubre, as baixas condições dos detentos e a falta de profissionais da saúde causam um aumento nos abandonos de tratamento e nas doenças. (CORDEIRO, et al., 2018). Isso explica os agravos nas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) dos detentos, que, geralmente, estão associadas ao abandono de tratamento ou à falta de tratamento preventivo (XAVIER,

et al., 2017). Todavia, essa circunstância é alicerçada por empecilhos que dificultam o atendimento pela equipe de saúde (MEDEIROS, et al., 2021). Vale ressaltar também a constatação de que durante o encarceramento ocorrem alterações bioquímicas que podem favorecer o desenvolvimento de DCNT nessas situações de vulnerabilidade (BAGNI, et al., 2016). Dessarte, nota-se que tal conjuntura da saúde nas prisões é fomentada pela falta de estrutura hospitalar de qualidade e o contexto prisional (SILVA, et al., 2019).

CONCLUSÃO

A partir do exposto, evidencia-se que a questão sobre a saúde dos encarcerados no Brasil necessita de mais atenção. Isso porque o atual cenário de alta prevalência e incidência de doenças infectocontagiosas, mentais, crônicas e o contexto de encarceramento em condições que propiciam os mais diversos tipos de agravos em saúde, além da deficiência no acesso à saúde por eles mostra como os direitos fundamentais dos encarcerados são amplamente violados. Além disso, as unidades prisionais são conglomerados espaciais propícios para a transmissão entre grupos em contato com esses detentos e, por conseguinte, existe a transmissão para a população livre. Isso revela a importância do desenvolvimento de medidas de prevenção para essa população, não somente beneficiando os encarcerados, mas - também - a sociedade como um todo.

Desse modo, vale ressaltar que esse estudo pode contribuir, por meio dos dados reunidos, para o desenvolvimento de políticas de prevenção nas unidades prisionais, além de abrir espaço para estudos mais detalhados sobre cada condicionante de saúde citado nesta revisão.

REFERÊNCIAS

- ALVES, K. K. A. F., et al. **Fatores associados à cura e ao abandono do tratamento da tuberculose na população privada de liberdade.** 23. Ed. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2020.
- BAGNI, U., et al. **Evolução temporal de exames bioquímicos em mulheres privadas de liberdade.** 44. Ed. Rio Grande do Norte: Demetra.
- BATISTA, M. I. H. M., et al. **Alta prevalência de sífilis em unidade prisional feminina do Nordeste brasileiro.** Publicação Oficial do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, 2020;18:1-6.
- BAGNI, U., et al. **Evolução temporal de exames bioquímicos em mulheres privadas de liberdade.** Natal: Demetra Alimentação e Saúde, 2020.
- BENEDETTI, M. S. G., et al. **Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres privadas de liberdade em Roraima.** Revista de Saúde Pública, 2020; 54:105
- CORDEIRO, E. L., et al. **Perfil epidemiológico dos detentos: patologias notificáveis.** Revista Avances en Enfermería, 2018.

- CORREA, M.E. *et al.* **High prevalence of *Treponema pallidum* infection in brazilian prisoners.** The american journal of tropical medicine and hygiene, v. 97, n. 4, p. 1078-1084, 2017.
- COSTA-JUNIOR, A. O., *et al.* **Tuberculose latente em indivíduos de uma unidade prisional do Centro Oeste do Brasil.** 45. Vol. Revista de Patologia Tropical, 2016.
- CRISPIM, J. A., *et al.* **Impacto e tendência da COVID-19 no sistema penitenciário do Brasil: um estudo ecológico.** Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem da USP, 2020.
- DOMINGUES, R. M. SM., *et al.* **Prevalência de sífilis e HIV em gestantes encarceradas e incidência de sífilis congênita em crianças nascidas em prisões brasileiras.** 33. Ed. Brazil: Cadernos de Saúde Pública, 2017.
- MACEDO, L. R.; MACIEL, E. L. N.; STRUNCHINER, C. J. **Fatores associados à tuberculose na população privada de liberdade no Espírito Santo.** Revista de Saúde Pública, 2020;54:67.
- MARTINS, D. C., *et al.* **Comportamento sexual e infecções sexualmente transmissíveis em mulheres de apenados.** 26. Ed. Ribeirão Preto: Revista Latino Americana de Enfermagem, 2018.
- MARTINS, D. C., *et al.* **Sexual and health behavior among women of convicts: an exploratory study.** 17. Vol. No. 1. Online Brazilian Journal of Nursing, 2018.
- MEDEIROS, M. M., *et al.* **Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro.** Rio de Janeiro: Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental, 2021.
- MINAYO, M.C.S.; RIBEIRO, A.P. **Health conditions of prisoners in the state of Rio de Janeiro, Brazil.** Ciência e saúde coletiva, v. 21, n. 7, p. 2031-2040, 2016.
- MOURA, R.; ROMERO, G; **HIV prevalence in recently incarcerated adult males in the Federal District, Brasilia, Brazil.** Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2020.
- NASCIMENTO, M. A. F. N., UZIEL, A. P., HERNÁNDEZ, J. G; **Homens jovens em centros de detenção juvenil no Rio de Janeiro, Brasil: gênero, sexualidade, masculinidades e implicações para a saúde.** 34. Ed. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública, 2018
- NOGUEIRA, P. A., *et al.* **Tuberculose e infecção latente em funcionários de diferentes tipos de unidades prisionais.** 52. Ed. São Paulo: Revista de Saúde Pública, 2018.
- REZENDE, G. R., *et al.* **Prevalence, incidence and associated factors for HBV infection among male and female prisoners in Central Brazil: A multicenter study.** International Journal of Infectious Diseases, 2020.
- SANTANA, R., *et al.* **Lifetime Syphilis Prevalence and Associated Risk Factors Among Female Prisoners in Brazil.** Journal of The American Sexually Transmitted Diseases Association, 2020.
- SANTOS, M. M., BARROS, C. R. S.; ANDREOLI, S.B. **Fatores associados à depressão em homens e mulheres presos.** 22. Ed. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2019.
- SCHULTZ, A. L. V; DIAS, M. T. G; DOTTA, R. M; **Mulheres privadas de liberdade no sistema prisional: interface entre saúde mental, serviços sociais e vulnerabilidade.** Porto Alegre: Textos e Contextos, 2020.
- SILVA, E. R. P., *et al.* **Screening for cervical cancer in imprisoned women in Brazil.** Journal Plos One, 2017.

- SILVA, P., et al. **Assistência de enfermagem prestada às pessoas privadas de liberdade no ambiente hospitalar.** Revista Brasileira de Enfermagem, 2019.
- SOUSA, L. M. P., et al. **Regime da escassez: a alimentação no sistema penitenciário feminino.** Revista de Ciência e Saúde Coletiva, 2019.
- SOUSA, K. A. A., et al. **Fatores associados à prevalência do vírus da imunodeficiência humana em população privada de liberdade.** 51. Ed. São Paulo: Revista Escola de Enfermagem da USP, 2017.
- SZWARCWALD, C. L.; SOUZA JÚNIOR, P. R. B. **Estimativa da prevalência de HIV na população brasileira de 15 a 49 anos, 2004.** Boletim Epidemiológico AIDS e DST, Brasília, DF, ano 3, n. 1, p. 11-15, 2006.
- Valença, M. S., et al. **Tuberculose em presídios brasileiros: uma revisão integrativa da literatura.** Ciência & Saúde Coletiva.v. 21, n. 7, 2016
- XAVIER, L. D. A., et al. **Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade.** 11. Ed. Revista de Enfermagem da UFPE, 2017.
- CONSTANTINO, P., ASSIS, G. M., PINTO, W. L.; **O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva. v. 21, n. 7, 2016.